



Câmara Municipal de Porto Real
Estado do Rio de Janeiro
Poder Legislativo

Ata nº. 033/26

Ata da Trigésima Terceira Sessão Legislativa Ordinária do Segundo Período Legislativo Ordinário da Câmara Municipal de Porto Real.

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis às dez horas, deu-se início à Trigésima Terceira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo Ordinário da Oitava Legislatura da Câmara Municipal de Porto Real situada na Avenida Dom Pedro II, número 1550, presidida pelo Vereador Henry de Carvalho Nunes. O Presidente convidou o vereador Fernando Beleza para que fizesse a Oração. O Presidente iniciou a Primeira Fase **Expediente**, e colocou em votação a ata da Sessão anterior. **Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo Ordinário da Oitava Legislatura da Câmara Municipal de Porto Real**, realizada no dia quinze de junho de dois mil e vinte e seis, e comunicou que, de acordo com o § 3º do art. 122 do Regimento Interno desta Casa, será dispensada a leitura da ata, uma vez que todos possuem cópia. O Presidente colocou em **Discussão** a referida ata. O Presidente colocou a presente Ata em **Votação**. A Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo Ordinário da Câmara Municipal de Porto Real foi **aprovada por decisão unânime do Plenário desta Casa**. O Presidente solicitou ao vereador Renan Márcio de Jesus Silva que fizesse a leitura do **Balancete contábil referente ao mês de maio de 2026**. Terminada a fase de **Expediente** o Presidente passou para a próxima fase **Ordem do Dia. Matéria em Segunda Discussão e Segunda Votação**. O Presidente solicitou ao vereador Renan Márcio que fizesse a leitura do **Projeto de Lei do Executivo n.º 197/2025 - Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Porto Real e dá outras providências. Autoria: Poder Executivo Municipal**. O Presidente passou a palavra para o vereador Renan Márcio que solicitou vista do presente Projeto, uma vez que, segundo o parlamentar, os vereadores desta Casa estão discutindo acerca dele para poder levar transparência para a população de Porto Real. anterior. O Presidente submeteu ao Plenário o pedido de vista do vereador Renan que foi APROVADO por decisão unânime desta Casa. O Presidente passou a palavra para o vereador Philippe de Paula Paiva, o qual argumentou que, com base no Artigo 63 do Regimento Interno, o pedido de uma questão de ordem paralisa a fase em andamento e questionou o motivo da interrupção. Em seguida, propôs que, em vez de um pedido de vista que obrigaria a apreciação do projeto na próxima sessão, fosse feito um pedido de adiamento conforme o Artigo 197 do Regimento Interno. O parlamentar defendeu que oposição e governo deveriam estabelecer, em comum acordo, uma quantidade de Sessões para analisar a matéria, ponderando que o projeto precisa ser debatido tanto entre os vereadores quanto com os técnicos da Secretaria de Fazenda. Ele destacou que o pedido de vista forçaria o retorno do Projeto à Câmara já na próxima segunda-feira e alertou para o fato de que a Sessão contava com um quórum deficitário, sem a presença de todos os onze vereadores. Durante o seu pronunciamento, o Presidente desta Casa de Leis o interrompeu para afirmar que ele estaria equivocado. Durante a Sessão,





Câmara Municipal de Porto Real

Estado do Rio de Janeiro

Poder Legislativo

o Presidente desta Casa perguntou quem estava acompanhando a reunião virtualmente, quem estava presencialmente e quem constava como ausente. Foi esclarecido que o vereador Diego era o único ausente, devido a uma licença médica de quinze dias. O Presidente passou a palavra para o vereador Philippe que destacou a importância da presença de todos os onze parlamentares para que o colegiado decidisse sobre a matéria. Ele pediu ao Presidente que, em vez de um mero pedido de vista, o Projeto fosse adiado em acordo com o governo, pois, embora quisessem aprovar a implementação do Código Tributário, o texto ainda precisava ser discutido. O Presidente submeteu ao Plenário o pedido de vista do vereador Renan Márcio que foi APROVADO por decisão unânime. Terminada a fase da **Ordem do Dia** o Presidente passou para a próxima fase **Indicações e Requerimentos Verbais**. Nesta Fase não houve Indicações ou Requerimentos Verbais. Terminada a Terceira Fase o Presidente passou para Quarta Fase **Explicações Pessoais**. Não houve inscritos nesta Fase. Terminada a Fase de Explicações Pessoais, o Presidente passou para a Quinta fase **Horário de Liderança**. O Presidente passou a palavra para o **Vereador Philippe de Paula Paiva, Líder do REPUBLICANOS**, para que, caso queira, faça uso da mesma. O vereador Philippe que disse na íntegra: “Eu gostaria de cumprimentar Vossa Excelência. Cumprimentar também a todos os colegas vereadores, aos que nos acompanham nesta Casa. Senhor Presidente, em primeiro lugar, eu acredito que uma das missões que o Poder Legislativo dispõe é exatamente a análise, a fiscalização e os questionamentos. E isso demanda de nós um conhecimento um pouco mais aprofundado, sobretudo do Regimento Interno dessa casa. Sendo assim, Senhor Presidente, é importante que naquilo que nós estamos discutindo, sobretudo do Código Tributário Municipal, seja utilizado por esta casa como uma forma de trabalharmos juntos para que esse projeto seja melhor aplicado dentro do nosso município. Aqui eu não discorro sobre a forma com que cada um dos senhores exercem o direito aos seus votos. Aqui eu discorro que há um rito a ser estabelecido e esse rito precisa com que nós nos comprometamos com ele. Sendo assim, Senhor Presidente, é importante e aqui eu mais uma vez peço a Vossa Excelência, peço a todos os pares que o Poder Público Municipal venha até essa casa e discuta aqui junto conosco de todos os pontos que precisam ser elucidados. Não adianta ir aí com todo o respeito, com todas as vênias, faço ao vereador Renan, e é por isso que eu, com base no artigo 254, questioneei por uma questão de ordem, antes de submeter à votação, que não fosse feito apenas um pedido de vista. Nós, e aqui a gente precisa, e eu tenho certeza que essa não é a intenção do vereador nem do plenário aprovar o pedido de vista, mas nós temos que diferenciar bem. O que é que nós queremos? Resolver o problema ou empurrar com a barriga? Resolver o problema ou empurrar com a barriga? Temos um problema, sim. A grande verdade é que aqui está todo mundo preocupado, porque esse Código Tributário está colocando taxa, está aumentando alíquota e ninguém quer assumir essa bucha. A verdade é essa. Ninguém quer assumir essa bucha. Só que eu acredito que, se for para o bem da municipalidade, pelo bem do município, se o município chegar aqui, vereador Andrinho, e dizer nós precisamos estabelecer tais taxas, precisamos que tais emolumentos sejam implementados dentro do município, tenho certeza, se for demonstrado isso a nós, nós votaremos com clareza e convicção. Mas a grande verdade é que a gente está protelando para se livrar do desgaste político que nós teremos se a gente colocar taxa na rua. Taxa, taxa, taxa, responsabilização, execução, entre outros. Com isso é importante para nós essa discussão. Estou falando desde o ano passado isso. Essa discussão. E não cabe a nenhum dos vereadores estabelecer parâmetros técnicos sobre o projeto, não. O nosso voto aqui é um voto político. Cada voto aqui pode ser o sim ou o não. Quem tem que demonstrar tecnicamente que é bom não somos nós. É a Secretaria de Fazenda, é a Procuradoria-Geral, é a Controladoria-Geral do município. Nós aqui votamos sim ou não. Não é porque eu sou advogado, outro é contador, que a gente tem que exarar parecer técnico. Não é nossa função essa. O único pedido e a única movimentação que nós estamos fazendo aqui é para que o Poder Público venha e nos diga isso aqui é necessário, isso aqui





Câmara Municipal de Porto Real

Estado do Rio de Janeiro

Poder Legislativo

dá para melhorar, isso aqui dá para cair, isso aqui dá para a gente ajustar. Então, Sr. Presidente, eu gostaria muito de solicitar que a gente possa se debruçar ainda mais sobre isso. Não é um tema fácil. Outras cidades do município, perdão, outras cidades do Estado estão tendo os mesmos problemas que nós. Dessa discussão acalorada”. O Presidente passou a palavra para o **Vereador Renan Márcio, Líder do SOLIDARIEDADE**, para que, caso queira, faça uso da mesma. O vereador Renan disse na íntegra: “Obrigado, Presidente. Mais uma vez, desejo a todos um bom dia, uma quarta-feira abençoada. Infelizmente, no dia de ontem, perdemos duas pessoas especiais aqui na nossa cidade, pessoas que eu tenho carinho enorme, que é a Aisla, neta da Dona Linda, filha do meu amigo Ronald, da Patrícia, uma menina jovem, alegre, cheia de sonhos pela frente, mas que, infelizmente, foi feita à vontade de Deus. A gente não sabe os planos de Deus, mas a gente tem que confiar. Essa é a verdade. E também, o falecimento do Dudu, lá do Jardim dos Acácias, pai de um amigo, Fábio, amigo pessoal. A gente fica triste por uma perda, uma perda assim, repentina, de uma pessoa forte, um cara também alegre, sempre acompanhando as sessões aqui na casa. A gente fica triste por essas duas perdas irreparáveis dentro do nosso município. Só me solidarizar com a família e me colocar à disposição de todos. Presidente, e dizer que o Projeto sobre o Código está na casa há mais de dois meses, seguiu todos os ritos, prazos, passou pelas comissões, e até mesmo, Presidente, qualquer vereador pode estar apresentando emendas, e assim não foi feito até o dia de hoje. Então, a gente não pode deixar que o vereador fale que o Projeto seguiu a qualquer maneira, que não teve conversa, porque teve o diálogo. O procurador, à época, esteve nesta casa conversando. Então, acho que foi, doutor Eduardo Felipe, Secretário, esteve aqui na casa conversando com a gente. A gente sabe da necessidade, o Senhor está nesta Casa, sabe da importância que temos dentro desta Cidade. Essa Casa tem ajudado em pautas importantes no nosso município. Então, o Senhor sabe da necessidade de votar esse Projeto. Então, até mesmo para que a gente vote confortável, a gente pediu essa vista desse Projeto. Ele vai voltar na próxima Sessão, e a gente vai ter esse tempo para poder discutir com os vereadores também, para estar votando esse projeto na próxima semana, ou se não sei o que vai acontecer, mas a gente está aqui para dialogar. Esse é o principal papel da política, o diálogo. Ele é válido, então a gente está aí para dialogar e votar no que for melhor para a nossa população, Presidente”. O Presidente passou a palavra para o **Vereador Cláudio Luís Guimarães, Líder do PL**, para que, caso queira, faça uso da mesma. O vereador Cláudio desejou a todos um bom dia. O Presidente passou a palavra para o **Vereador Fábio Maia, Líder do AVANTE**, para que, caso queira, faça uso da mesma. O vereador Fábio disse na íntegra: “Senhor Presidente, desejo um bom dia a todos, uma ótima semana. E, realmente, falar do Projeto, a gente não é técnico. A gente é que vota, a gente não é técnico. Então, com certeza que o Presidente vai, até a próxima Sessão, a gente vai escolher a melhor maneira de trazer os técnicos aqui para esclarecer bastante dúvidas para a gente, para a gente votar com mais clareza. E, se for o caso, se não der tempo para ter um entendimento, pedimos, novamente, vista na próxima Sessão. Obrigado, Presidente”. O Presidente passou a palavra para o **Vereador Anderson Martins Florentino, Líder do UNIÃO BRASIL**, para que, caso queira, faça uso da mesma. O vereador Andrinho disse na íntegra: “Bom dia, Senhor Presidente, nobres colegas, público que nos assiste, os internautas. Realmente, em relação ao Projeto, Presidente, eu acho que é uma coisa que a gente tem que levar com bastante seriedade. Não podemos deixar, também, de lembrar, o Presidente sabe e eu sei, que o Ministério Público também está em cima disso aí. Nós temos prazo em cima disso, tá? O Ministério Público está em cima sobre isso aí. Eu estive conversando com o Presidente um tempo atrás. O Ministério Público está cobrando porque esse Código tem que entrar em vigor. E, há muito tempo, já está assim. Então, a gente não adianta ficar aqui, também, nessa discussão, às vezes. Eu acho que é salutar, né? Esse é o trabalho do Parlamento, né? Discutir, tentar ideias. Mas não podemos deixar de esquecer que nós temos um compromisso por trás em cima do Ministério Público. E, depois,





Câmara Municipal de Porto Real

Estado do Rio de Janeiro

Poder Legislativo

cada um vai ter que arcar com a sua responsabilidade aqui, né? Então, a gente está aí pra analisar, votar, mas temos que prestar atenção, também, no prazo. No mais, uma boa semana toda, Presidente”. O Presidente passou a palavra para o **Vereador Philippe de Paula Paiva, Líder da OPOSIÇÃO**, para que, caso queira, faça uso da mesma. O vereador Philippe disse na íntegra: “Sim, Senhor Presidente. Mais uma vez, até continuando a falar sobre esse mesmo Projeto, né? O vereador Andrinho destacou bem sobre a questão dos prazos. Mas, afinal, que prazos são esses? Na reunião que nós tivemos com o doutor Eduardo Filipe, nós solicitamos que fosse encaminhado as recomendações do Tribunal de Contas, porque, nesta reunião que aconteceu, não foi dito nem Ministério Público. Foi dito Tribunal de Contas. É o Tribunal de Contas que está nos cobrando. Aí, no meio do caminho, veio a fala. É o Ministério Público. Tá certo. Aqui, eu não respondo por onze mandatos. Eu respondo pelo meu. Se chegou na caixa de e-mail esse documento do Ministério Público, ok. Mas a gente precisa ver. Eu quero ver. Cadê essa cobrança? Cadê essas ponderações? Onde está a fixação? Onde está a fixação de prazo? Nós precisamos ver. Não é desconfiando da palavra do Presidente ou de um secretário. Mas nós precisamos. Há uma recomendação do Ministério Público. Cadê? É papel. Manda uma foto para o Presidente. O Presidente vai mandar para a gente também. Só que a gente precisa de... Cadê a cobrança? Que responsabilização... Por exemplo, estava conversando agora há pouco com o vereador Andrinho. Que responsabilização o Ministério Público pode dar a nós? Qual? O Ministério Público agora é o quarto poder da República? Até onde eu sei, a Constituição diz que é Executivo, Legislativo e Judiciário. O Ministério Público é Fiscal da Lei. Então nós precisamos que haja, além dele vir, mas os técnicos também. Eu volto a dizer o que eu disse na primeira Sessão. Uma coisa é uma reunião para falar os pontos. E os pontos que foram elucidados na reunião. Precisa votar porque Tribunal de Contas está isso, tribunal de contas está aquilo, ‘papapá’... Beleza. Mas na reunião não foi falado taxa a taxa. Não foi falado. Não foi falado aqui sobre a responsabilização de IPTU. Sobre as emendas, vereador Renan, por exemplo, a própria Constituição diz o que é prerrogativa a nossa. A gente pode emendar? Pode. Mas num Código Tributário a gente tem que ter pelo menos impacto de receita. Eu vou fazer impacto de receita de Executivo? Eu não vou fazer impacto orçamentário do Executivo. Então a discussão é muito maior. Volto a falar, o medo nosso é colocar na rua um desgaste que não é nosso. Está aí a planta genérica de valores, que também é recomendação do Tribunal de Contas Estadual. Nós vamos votar para aumentar o IPTU para o ano que vem? Vamos? Para aumentar nos próximos oito anos, que é o que o Governo está propondo? Que aí a gente cabe até uma discussão se vale a pena ou não, porque de fato está defasado a planta. Mas nós vamos colocar isso? Aumentar imposto para os próximos oito anos? A gente não está tendo capacidade de gerar nem o IPTU desse ano? É isso que nós vamos fazer? Nós não temos capacidade nem para gerar a taxa da água desse ano? Que já falei da responsabilidade fiscal que tem que ter. Só que a gente não pode achar que nós somos ministros do Supremo Tribunal Federal. Não somos. O nosso voto, volto a dizer, é a representação da vontade soberana do povo. Não cabe a nós voto técnico. Não cabe. Senhor Presidente, concluindo então a minha fala, eu gostaria também de me solidarizar, família da Aisla e do Divino, que vieram a óbito no dia de ontem. Deixaram, na verdade, uma grande ausência no coração, mas como o vereador Renan também disse, Deus sabe de todas as coisas e a gente pede nesse momento que essas famílias sejam confortadas, abençoadas e possam permanecer firmes nessa jornada. No mais, Senhor Presidente, eu concluo deixando uma outra pergunta no ar. Já apagamos o SAMU”? O Presidente passou a palavra para o **Vereador Renan Márcio de Jesus Silva, Líder do GOVERNO**, para que, caso queira, faça uso da mesma. O vereador Renan disse na íntegra: “Presidente, só dizer ao nobre vereador Philippe Paiva que a casa, o corpo técnico da casa está à disposição dos nobres vereadores quando ele fala do impacto. Acredito que temos pessoas capacitadas aqui para estar auxiliando-o. E devolvo esse tempo de liderança do governo ao Senhor, Presidente. Fique à vontade”. O Presidente desta Casa com a





Câmara Municipal de Porto Real

Estado do Rio de Janeiro
Poder Legislativo

palavra disse na íntegra: “Perfeitamente, vereador Renan. Gostaria de salientar que quando fala do Ministério Público, tem ofício nessa casa, como disse o novo vereador Andrinho, parceiro, estava junto comigo. Não é em meio que a gente recebe. Às vezes o oficial de justiça adentra essa porta e chega, olha, ofício do Ministério Público. Não recebido. O oficial de justiça, como é que chama, Andrinho? Joel. Traz em mãos o ofício. Vem a caixa de entrada do e-mail da Câmara, chegam algumas coisas, às vezes vem através do Joel. Então, aqui, se o senhor quiser levantar nesse momento, e lá você vai ver que foi cobrado dessa casa o prazo para tramitação do Código Tributário. Então, eu tive que fazer uma matemática, porque nós não temos um número exato. Foi calculado o tempo que fica em uma comissão, que fica na outra, sem levar em conta que a comissão pode pedir uma dilação de prazo para aumentar. Então, assim, isso a gente tem na casa e foi respondido. Então, quando se fala, existe sim. Por parte da Prefeitura, foi falado na nossa sala, pelo secretário, que existia uma discussão entre o MP, umas cobranças que estavam sendo feitas. Então, essa é a parte que eu tenho para dizer em relação ao Código Tributário. Tivemos reuniões na minha sala, onde foi discutido e levantado que o vereador iria levantar as emendas a serem feitas, no que coubesse o entendimento, que traria para a gente nos reunir de novo e ver, olha, essa emenda é pertinente, essa emenda vai passar, tal emenda não é. Então, sim, foi discutido na nossa sala, foi combinado de, sim, emendar o Projeto onde se achar que estava fora. A gente acabou não tendo mais a reunião para fazer as emendas. Eu acho que, como disse o nobre vereador Philippe, a emenda é prerrogativa de cada vereador que queira ou não fazer. Não preciso ser técnico para fazer uma emenda, mas eu preciso consultar um técnico. Eu tenho um controlador nesta casa, é técnico. Eu tenho a doutora Valéria, que é a procuradora, é técnica. Então, concordo com o vereador Philippe que existem partes no código que são sensíveis e necessitam de uma melhor explicação para ser alterada”. Com a palavra o vereador Renan Márcio disse na íntegra: “ Vou pedir aí um minutinho para o senhor, se eu pudesse quebrar esse protocolo, é dizer ao nobre vereador Philippe que a Câmara não tem um sistema integrado com a Prefeitura e todos, aqui nós temos um protocolo que os nossas meninas estão sempre aí para atender e está protocolando, recebendo esses Projetos do Executivo, como a Prefeitura também tem um protocolo. Então, dizer a esse vereador que a Prefeitura protocolou no dia vinte e nove a Lei de Diretrizes Orçamentárias aqui nesta Casa, Presidente.” O Presidente disse na íntegra: “Gostaria de lembrar que segunda-feira não estava presente porque tive um médico oito horas e fui encaminhado para um outro às dez. Então, eu gostaria de esclarecer alguns pontos porque ficou feio. Ficou feio o que foi falado aqui dentro. Levantou uma suspeita do próprio Presidente, o qual vocês ajudaram a eleger porque ele não sentou nessa cadeira sozinho e eu sou um Presidente de pedir opiniões do que eu não sei. Canso de ligar para o vereador Andrinho, que é advogado. Vereador, me orienta nisso aqui, me orienta naquilo ali. Então, eu gostaria de deixar claro. Vamos lá. Protocolo. O que é protocolo nessa casa? Você traz aqui físico, protocolo com as funcionárias. Aline Marcília Carvalho Silva, Amanda Martins Alves. Você protocola com elas. Nós temos um sistema interno da Casa que seria um grupo de vereadores onde você coloca as prerrogativas que vão vir para a pauta da Sessão e lá você lança no sistema. A Lei de Diretrizes Orçamentárias entrou nessa casa no dia 29, faltando alguns minutos para as 14 horas. O que significa isso? A casa fecha às 14. Então, você vem, dá um protocolo e depois, com a ordem do seu Presidente, você escaneia e sobe para o sistema. Então, quando eu pego um documento assinado dando um recebido, se é a Aline Marcília ou se é a Amanda Martins, elas fizeram o correto, o protocolo é esse. E vou mais além. Não existe comunicação eletrônica, Prefeitura, Câmara, que seja obrigatória. Quando a gente vota um Projeto aqui, aprova ou reprova, ou derruba um veto, o motorista sai daqui com a funcionária, vai lá no protocolo da Prefeitura, fisicamente, protocolo, para a gente aguardar a resposta. Então, essa é a tramitação dessa casa. Não venha qualquer um chegar aqui, não desmerecendo ninguém, e dizer que está fazendo errado, que tem que ter sistema”. O vereador Philippe rebateu a fala do Presidente, vereador





Câmara Municipal de Porto Real

Estado do Rio de Janeiro

Poder Legislativo

Henry, e disse na íntegra: “Qualquer um não, Senhor Presidente. Eu sou vereador como o senhor”. O Presidente respondeu ao vereador Philippe na íntegra: “Acabei de dizer, não qualquer um. Pode ser vereador ou qualquer outra pessoa. Não venha querer dizer que existe um sistema. Mostre-me o sistema contratado que é integrado com a prefeitura. Jamais vou prevaricar, posso até errar, como todo mundo sabe que errar é humano, mas pretendo não o fazer. Então, levantar dúvida quanto à assinatura, isso aí é muito relativo, e vou mais além. Eu tenho aqui o parecer do controlador da LDO com data do dia nove deste mês, oito dias após ser lançado no sistema, nem oito dias, está dia nove. Eu tenho o parecer. Vou mais além. Eu tenho aqui na minha mão, protocolado da mesma forma, a emenda do vereador Jonas, em questão à porcentagem. Ah, ela está no sistema? Não. Foi pedido do vereador. Olha, vou protocolar aqui, no último dia que tem que anteceder às trinta e seis horas para a pauta da Sessão, você coloca a minha emenda, por favor? Perfeitamente, vereador, vai ser feito. Então, eu só queria deixar claro que eu não pretendo prevaricar nem errar. Quando se fala, foi infeliz, não tenho que falar o nome de ninguém quem fez essa fala, quem duvidou da assinatura. Então, eu queria dizer que o sistema aqui dentro funciona dessa forma. Os senhores me elegeram para cumprir o Regimento Interno à risca. Se eu errar, vocês vão ser os primeiros a questionarem. E não pensa que eu vou receber alguma coisa do Executivo fora do prazo. Se ele tem até dia trinta, se ele passar, é improbidade administrativa para ele. Qualquer um dos nossos vereadores sabe o caminho para acessar e é improbidade, perder o prazo. Por que eu receberia fora do prazo? Vou ajudar o Executivo em quê? Se ele pode muito bem protocolar aqui um Projeto e depois entrar com substitutivo. Ah, como diz, teve até o dia trinta para protocolar, podia ter protocolado dia quinze ou no mês anterior? Sim, protocolo, depois vem aqui, muda com substitutivo. Então, existem vários caminhos. Agora, o que eu não entendo é por que eu ajudaria o Executivo a fazer isso. Então, eu só gostaria de deixar claro e explicar para a população e para todos que assim quiserem ouvir qual é o protocolo dessa casa. Vereador Andrinho, o senhor conhece muito bem, o senhor já fez parte de várias câmaras, a nossa, o senhor sabe, não é interligada. Conto com a sua ajuda e gostaria de me solidarizar com as funcionárias que tiveram sua assinatura questionada”. Terminada a Quinta Fase, o Presidente passou para a Sexta Fase **Lembretes**. Não houve lembretes. Terminada a Sexta Fase, o Presidente passou para a Sétima Fase **Encerramento**. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente Sessão às dez horas e quarenta e um minutos e desejou a todos um bom dia. Eu, Paula Francis Figueiredo, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos vereadores presentes. Estavam presentes os vereadores: Henry de Carvalho Nunes; Fernando Beleza; Renan Márcio de Jesus Silva; Léo do Circo e Anderson Martins Florentino; Philippe de Paula Paiva e Fábio Nunes Maia. Estava on-line os vereadores: Fernandinha; Cláudio Luís Guimarães e Jonas Fernando da Silva

Assinam a ata:

Henry de Carvalho Nunes (Presidente) _____

Fábio Nunes Maia (Vice-presidente): _____





Câmara Municipal de Porto Real
Estado do Rio de Janeiro
Poder Legislativo

Jonas Fernando da Silva (2º Vice-presidente): _____

Luís Fernando da Silva (2º Secretário): _____

Anderson Martins Florentino: _____

Fernanda Emerenciano dos Santos: _____

Philippe de Paula Paiva: _____

Cláudio Luís Guimarães: _____

Renan Márcio de Jesus Silva: _____

Leonardo Odilon de Novais: _____

Paula Francis Figueiredo: _____

